



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Implantação do Poliduto Uniduto”, realizada no dia 16 de novembro de 2010, na cidade de São Paulo.

Realizou-se, no dia 16 de novembro de 2010, às 17 horas, no Auditório Brasil do “Auditórios na Paulista”, na Avenida Paulista, nº. 1176, piso Lojas, Cerqueira César, São Paulo/SP, a audiência pública sobre a “Implantação do Poliduto Uniduto”, de responsabilidade de Uniduto Logística S/A ((Proc. SMA 01891/2008). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do Consema, Germano Seara Filho, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Pedro Ubiratan Escorel de Azevedo, saudava e dava boas vindas aos representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, dos órgãos públicos, das organizações da sociedade civil, das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre a “Implantação do Poliduto Uniduto”, de responsabilidade do Uniduto Logística S/A. O Secretário-Executivo do CONSEMA esclareceu que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indica o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que dêem suas opiniões, formulem indagações, contribuições, sugestões e críticas e tudo o que pode contribuir para melhoria do projeto ou proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função, tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra e garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA 34/01 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta e, em seguida, a exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre ele pela equipe de consultoria. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra aqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos dos cidadãos que não representam órgãos públicos ou entidades civis e que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Em sequência, manifestam-se os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal, a seguir, os representantes do CONSEMA que se inscreverem para fazer uso da palavra, com direito a cinco minutos cada um, representantes dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente-COMDEMAS, cada um com direito igualmente a cinco minutos. Por fim, acrescentou, falariam os representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que representam o Poder Legislativo, e que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que só assim eles podem manifestar-se acerca das eventuais críticas, elogios e sugestões feitas pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham se manifestado. Acrescentou que, só assim, os representantes desses dois poderes podem opinar ou oferecer esclarecimentos que eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. O Secretário-Executivo do Consema esclareceu que a Mesa Diretora dos Trabalhos é presidida por ele e também integrada por um representante do CONSEMA, eleito entre os conselheiros presentes, e por um representante do Departamento de Avaliação de Impactos da CETESB. Depois de constatar que nenhum conselheiro estava presente, convidou, para fazer parte da Mesa, a Ilustríssima Senhora



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Maila Matsuzaki, gerente da Divisão de Obras Públicas da CETESB. Dadas essas explicações, declarou iniciados os trabalhos. Passou à palavra ao representante e diretor-técnico da Uniduto Logística S.A., para apresentar o projeto. Fábio Luiz Jorge ofereceu um breve histórico da empresa – criada em junho de 2008, formada, ao todo, por dez grupos paulistas produtores de açúcar e álcool, que constituem uma sociedade e cuja produção representa, aproximadamente, um terço da produção nacional. Acrescentou que o projeto Poliduto não é exclusivo dos sócios, pois se trata de um sistema aberto. Explicou que o objetivo é colocar os terminais em pontos estratégicos, de tal forma a que se proceda à interligação entre os vários modais – rodoviário, ferroviário, hidroviário e marítimo. Explicou que estavam previstos um porto hidroviário, na Hidrovia Tietê-Paraná, e um marítimo, no litoral santista. Descreveu as primeiras iniciativas e atividades realizadas pelo grupo, a forma como ocorreu o aumento da densidade da produção e do consumo de etanol, cuja viabilidade passou a exigir a implantação de um sistema de escoamento que contemple meios mais eficientes de transporte, aumentando ou tornando viável a hidrovia e a implementação das dutovias. Explicou que a capacidade prevista para o duto é de 16 bilhões de litros, capacidade que, segundo as projeções, só será atendida por volta de 2022/23. Apresentou uma série de detalhes sobre o duto, sua composição, revestimento, método construtivo e os outros vários métodos e técnicas que serão adotados conforme o trecho a ser transposto. Descreveu como serão feitos, de acordo com normas internacionais, o controle e a segurança com a utilização da melhor tecnologia disponível no mercado, e descreveu também as proteções extras para as áreas de maior risco, entre elas, sistemas *on-line* para detecção de vazamento, proteção, anticorrosivos, sistema de monitoramento, como supervisão e controle automatizados, programa de gerenciamento de risco e plano de ação de emergência. Passou a apresentar uma série de eslaides que mostravam a expectativa de crescimento da produção do etanol no Brasil; a produção por área, nos próximos dez/doze anos; a densidade do consumo em determinadas regiões em 2007 e sua expectativa do consumo para 2022; a previsão do crescimento da exportação desse produto; a inserção de sua captação pelo duto na área de produção da cana no Estado de São Paulo; características do terminal que se localizará em Serrana, com tancagem para aproximadamente 170 mil metros cúbicos; as características dos terminais que se localizarão em Santa Bárbara D'Oeste, às margens da Rodovia Luiz Ometo, e em Botucatu; o desenho do terminal hidroviário que se localizará em Anhembi e dos dois atracadores do terminal de Paulínia; características do terminal localizado em Caieiras, que atenderá à RMS e se localizará ao lado da Rodovia dos Bandeirantes; e, por último, o desenho do terminal de Praia Grande do qual sairá um duto cujo percurso na praia será de 13 quilômetros. Explicou que o duto submarino vem da praia, segue a monobóia, e que se trata de um sistema seguro que conta com válvulas rotativas e que é utilizado no mundo inteiro, inclusive no Brasil, pela Petrobrás. Explicou que esse projeto está sendo executado não só para transportar etanol – embora a finalidade principal seja essa. Acrescentou que, pelo fato de não existir no Brasil legislação específica para alcoolduto, esse duto transportará, além do etanol, outros produtos, como eventualmente o biodiesel, e, num pequeno trecho, como aquele que vai de Paulínia até Caieiras, transportará também gasolina. Ao concluir informou que os eslaides com essas informações se encontram disponíveis no sítio eletrônico da empresa. Cláudio Bolzani, representante da MKR Tecnologia, Serviços, Indústria e Comércio Ltda., empresa responsável pelos estudos ambientais, ofereceu informações detalhadas sobre a metodologia empregada para análise de cada uma das áreas e condições ambientais abrangidas pelo empreendimento e os resultados obtidos, que compõem o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Meio Ambiente. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. Eugênio Machado Ribeiro, presidente da



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Sociedade Amigos de Gramado, afirmou que esse loteamento será atravessado pelo duto e que uma das preocupações de seus moradores é que, como a SABESP não distribui água nas residências – embora esse loteamento diste apenas a 20 quilômetros da Praça da Sé –, estas são alimentadas com a água dos mananciais e de poços semiartesianos. Ajuntou que, por essa razão, os moradores temem que a construção e funcionamento do duto concorram para a contaminação dos mananciais e dos poços semiartesianos. Afirmou também que outra preocupação diz respeito à sobrecarga de peso que o sistema viário de Gramado, construído com bloquetes, sofrerá, pois todo o material que será utilizado na construção do duto será transportado por essa via em caminhões. Lembrou que, quando da construção do Trecho Sul do Rodoanel Metropolitano Mário Covas, se obteve o compromisso da DERSA de que seriam refeitas as vias que fossem danificadas, e que o mesmo se exigia do responsável pela Uniduto Logística S/A. Acrescentou que, na condição de Vice-Presidente do CONSEG – Conselho Comunitário de Segurança da Granja Viana, se preocupava também com o fato de esse duto atravessar o Parque das Nascentes, que é uma Área de Preservação Ambiental – APA, obtida, pelo Município de Cotia, como compensação dos impactos sofridos com a construção do Trecho Sul do Rodoanel Metropolitano Mários Covas. Lembrou que essa APA se situa em cima de um túnel rochoso, e que, se efetivamente for construído um segundo túnel, ocorrerão explosões, tal como referido na apresentação, além do risco de ser invadida. Concluiu afirmando que, portanto, as preocupações dos moradores do loteamento são com uma eventual contaminação dos mananciais e a segurança do sistema viário. Depois de verificar que não havia mais nenhum inscrito nas demais etapas da audiência, o Secretário-Executivo declarou que se passava à etapa das réplicas. Claudio Bolzani, representante da MKR Tecnologia, Serviços, Indústria e Comércio Ltda., empresa responsável pelos estudos ambientais, ofereceu informações, inicialmente, sobre a contaminação dos mananciais. Declarou que realmente existe essa preocupação, motivo por que foi apresentado o projeto para os conselhos gestores de APAs e comitês de bacia, pois, efetivamente, o trajeto do duto passará por cima da Represa de Guarapiranga e atravessará a região da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Corumbataí e Jundiaí, que contribui para o Sistema Cantareira, ou seja, tem-se conhecimento de que essa interferência pode acarretar problemas. Acrescentou que a medida a ser assegurada é a manutenção, ou seja, evitar-se o dano. Acrescentou também que por essa razão todas as medidas propostas serão avaliadas pela CETESB, oportunidade em que este órgão contemplará tais preocupações. Afirmou que, em hipótese alguma, está minimizando esse potencial problema, ou seja, não está afirmando que ele não é importante, porque tem de se ter presente a qualidade do abastecimento de toda RMSP. Declarou que, ao mesmo tempo, aposta na tecnologia disponível para evitar vazamento. Pontuou que outra questão bastante importante diz respeito à contaminação, embora seja pequena a possibilidade de ela ocorrer em virtude da característica do etanol de rapidamente se evaporar sem sequer atingir a superfície freática. Esclareceu que, potencialmente, o risco de contaminação do etanol é muito menor que o de outro produto. Acrescentou que, sem dúvida, tem razão de ser essa preocupação, mas pode assegurar que medidas de controle serão adotadas, as quais são bastante eficazes para evitar esse tipo de problema. Declarou que, com relação ao sistema viário, a solução será a mesma adotada pela DERSA quando da construção do Rodoanel, ou seja, que o responsável pelo “Poliduto Uniduto”, assumirá idêntico compromisso. Assegurou também que existe um plano de controle de obras, que prevê soluções para todos esses problemas, do qual foram formuladas, nessa etapa, apenas as diretrizes, e que, posteriormente, na próxima etapa, esse plano será detalhadamente discutido com a CETESB, com os órgãos com os quais o empreendimento possui interfaces e com os diversos atores. Esclareceu que, em relação ao túnel, na



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

verdade existem três na direção de quem vem do Rodoanel pelo Trecho Oeste, e que este, para o qual o Senhor Eugênio Machado Ribeiro chamou a atenção, é o terceiro – o mais próximo da Rodovia Régis Bittencourt. Acrescentou que o desvio foi proposto pelo fato de não se ter encontrado uma solução para construção de outro túnel, por dificuldades construtivas. Declarou que não será, portanto, construído outro túnel e que, consequentemente, não será utilizado explosivos nesse ponto, e que o desvio implica realmente uma intervenção na comunidade, a qual será contemplada também pelos programas. Acrescentou que, em relação ao vandalismo, trata-se de grande preocupação e que uma solução será buscada, porque não se apresentou uma alternativa melhor para transposição desse trecho. Argumentou que, quando se teve a certeza de que o traçado do duto não poderia seguir a faixa de domínio do Rodoanel, foi proposto inicialmente que ele atravessasse o Parque Tizo, possibilidade esta logo descartada, optando-se pelo desvio do parque. Argumentou que o empreendimento vem sendo discutido com as Prefeituras dos Municípios e que parte do traçado adotado foi por elas proposta, e que, recentemente, a Prefeitura de Cotia solicitou fosse ele novamente discutido, o que ocorrerá em breve. Ao concluir afirmou que todas as questões terão de ser aprimoradas para a próxima etapa do licenciamento ambiental, e que o plano de comunicação social contemplará a participação de todos os atores e pessoas interessadas, que serão informadas acerca de mudanças, caso elas venham a ser feitas. Mayla Matsuzaki Fukushima, gerente da Divisão de Obras Públicas da CETESB, declarou que faria algumas complementações. Em primeiro lugar, que a fase em que se encontra o licenciamento dessa obra é a da análise de sua viabilidade ambiental. Acrescentou que, por este motivo, a equipe da CETESB, responsável pela análise do empreendimento, está examinando as contribuições recolhidas durante as audiências como também as eventuais propostas que posteriormente serão encaminhadas, inclusive a possibilidade de ocorrência de contaminação. Declarou que, caso se conclua essa etapa, com a indicação da viabilidade ambiental do empreendimento, mesmo assim, ao ser concedida a licença prévia, a ela serão acrescidas condicionantes, entre as quais se inclui o detalhamento dos programas e planos ambientais propostos pelo empreendedor ou a solicitação de outros planos e programas, a depender do resultado dessas análises. Acrescentou que, em relação aos acessos, a equipe sempre solicita, primeiro, sua adequação, e, depois, ainda na fase da viabilidade ambiental, realiza vistoria nos acessos, não em todos, evidentemente, mas em alguns trechos, por amostragem, para verificar sua situação. Acrescentou que, durante a execução das obras, estes acessos têm de ser mantidos em boas condições, e, ao final da obra, se tiverem sofrido prejuízos, serão recuperados. Esclareceu que não se podia pedir aos proprietários das terras que executassem acesso em suas propriedades. O Secretário-Executivo, depois de declarar que todos podem ter informações sobre todas as audiências que serão realizadas, através do sítio eletrônico da Secretaria do Meio Ambiente – www.ambiente.sp.gov.br –, pois, além das sete audiências inicialmente previstas, uma oitava será realizada no Município de São Bernardo do Campo, no dia 2 de dezembro. Comentou que o acréscimo de mais uma audiência àquelas inicialmente prevista levou à alteração do prazo para o envio das contribuições, que passa a ser cinco dias úteis contadas a partir da data da oitava e última audiência. Informou ainda que essa contribuição poderá ser encaminhada ao CONSEMA, através de seu endereço eletrônico – consema.sp@ambiente.sp.gov.br – ou pelos Correios ou protocolando-a diretamente no setor. Declarou cumpridas todas as etapas da audiência, agradeceu, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente, Pedro Ubiratan Escorel de Azevedo, a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, Diretora de Núcleo de Documentação e Consulta, lavrei e assino a presente ata.